

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Frantz, Walter

Educação e cooperação: práticas que se relacionam

Sociologias, núm. 6, diciembre, 2001, pp. 242-264

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819569011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Educação e cooperação: práticas que se relacionam¹

WALTER FRANTZ *

Introdução

O

tema orientador de minha reflexão e fala - a educação em organizações cooperativas - que me foi solicitado abordar para fins de debate, no Seminário sobre Cooperativismo e Educação, relaciona dois fenômenos: a cooperação e a educação.

A cooperação é um conceito, de certa forma, ambíguo, permite múltiplos usos. É usado para definir ações, relações entre indivíduos, ou é empregado como um conceito de organização institucional. Para Erik Boettcher (1974, p. 22), *cooperação é a atuação consciente de unidades econômicas (pessoas naturais ou jurídicas) em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordo*. Portanto, em princípio, a cooperação é entendida como uma ação consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vista a um determinado fim.

Para os fins de nossa reflexão, vou definir a cooperação como um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns.

¹ O texto foi escrito e a palestra foi realizada para professores participantes do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas, do município de Santa Rosa/RS, no Seminário sobre Cooperativismo e Educação, em 29 de abril de 2000, como atividades previstas em projeto de pesquisa sobre cooperativismo, com apoio da FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Traduzido por mim do texto original alemão.

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Unijui – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A educação é um fenômeno complexo da existência humana. Por conseguinte, também tem muitas definições, compreensões ou explicações e acontece em diferentes lugares e de diversos modos. José Carlos Libâneo (1998, p. 22) a define como *o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.*

Para Mario Osorio Marques (1996, p. 14),

a educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação.

Dessa relação nasce um “espaço de atuação pedagógica”, onde se desenvolvem processos, práticas educativas e cooperativas. Na verdade, a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra. A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo, assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também um lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação como processos sociais.

No processo da educação, podem-se identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, podem-se identificar práticas educativas. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada associado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e se potencializam como práticas sociais específicas.

Assim, no diálogo da cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa como processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação.

Para compreender essa relação em seus desdobramentos práticos, em seus significados, deve-se olhar e perguntar pelo seu uso social, pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos, suas origens. Deve-se perguntar pelas intenções, interesses e necessidades de quem pratica a cooperação, de quem está envolvido no processo da educação. Deve-se compreender o sentido pedagógico dessas práticas, isto é, a direção que se dá ao processo educativo.

O PCE - *Programa de Cooperativismo nas Escolas* - que vem sendo desenvolvido, já há alguns anos, em escolas de municípios da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, desenvolve-se no espaço da relação educação-cooperação, estimulando a educação cooperativa. Ao estimular ou levar práticas cooperativas para dentro da escola, busca criar uma nova "base pedagógica" no espaço formal e intencional da educação, da aprendizagem que ali se processa. Em consequência, produz uma "intervenção na política" do processo educativo, isto é, no "espaço pedagógico" das práticas educativas escolares. Promove condições para práticas educativas com uma nova dimensão pedagógica nos espaços da escola, através do incentivo e fomento de práticas cooperativas. Propõe a cooperação como princípio e sua prática como fundamento da educação.

No meu entender, o *Programa* tem como motivação e força fundante o entendimento de que a sociedade brasileira carece de profundas mudanças e transformações, considerando-se, especialmente, que questões sociais básicas como educação, segurança, saúde, alimentação ou habita-

ção, não estão resolvidas para uma grande parte da população. No caso, parece estar implícito o reconhecimento de que essas questões são também produtos de processos culturais e políticos, próprios de uma sociedade com grandes diferenças sociais e culturais, com altos índices de concentração de renda, com contradições e antagonismos em sua estrutura de poder, dificultando as oportunidades ou o acesso aos meios básicos de vida. A partir desta percepção, nasce a proposta de uma "intervenção pedagógica" nos espaços da educação escolar, através de um *Programa de Cooperativismo nas Escolas*. A dimensão política da educação se concretiza nas ações pedagógicas do Programa.

Diante deste quadro de necessidades e desafios, sempre surge a pergunta a respeito dos seus atores e dos lugares sociais desses processos dos quais se espera que possam contribuir ou produzir tais mudanças e transformações. Cabe também aqui perguntar a respeito de como podem a escola, a organização cooperativa, seus sujeitos e atores, contribuir para as mudanças e transformações na sociedade? Qual o papel, a função, as possibilidades de atuação da escola, da organização cooperativa, das práticas de educação ou de cooperação, nesse complexo processo com objetivos sociopolíticos?

O *Programa de Cooperativismo nas Escolas* coloca como possibilidade de contribuição e participação desse processo de mudanças e transformações a intervenção pedagógica nas práticas de educação e da cooperação, presentes nas atividades escolares, com a expectativa de que produzam os seus integrantes novos valores, novas visões, novos comportamentos, enfim, de que se eduquem sujeitos, comprometidos com as mudanças, e construtores de uma sociedade mais justa, na qual se superem as profundas diferenças sociais, antagonismos e contradições hoje existentes. Neste sentido, propõe o *Programa* uma prática educativa, fundada na cooperação e não na competição, que leve à cooperação e não à competição. Propõe a afirmação da cooperação como princípio pedagógico.

Afirmando a importância da cooperação, diz Pierre Lévy (1999, p. 44) que *a riqueza das nações depende hoje da capacidade de pesquisa, de inovação, de aprendizado rápido e de cooperação ética de suas populações*. No meu entender, esta afirmação pode ser trazida para o contexto da realidade regional na qual se quer atuar. Necessita a região, em função de seu desenvolvimento, de incentivo à pesquisa científica, de inovação tecnológica, de novas aprendizagens e de cooperação de todos os atores e sujeitos presentes nos seus diferentes espaços das atividades humanas. Porém, como algo que nasce de dentro da região, enraizado e participado, como expressão de sua afirmação no contexto maior. Estes aspectos todos precisam conduzir a uma base de força política, de identidade e afirmação. A necessária politização desses aspectos do desenvolvimento regional coloca, quem sabe, um dos maiores desafios à educação na região. A cooperação como prática social, um lugar de discussão e de ações, de argumentação e realização, pode constituir-se em espaço de “educação política” das pessoas que o integram. Na prática da cooperação, certamente, os seus sujeitos cooperados tomam consciência das diferentes dimensões dos fatos da vida, dos seus significados, dos interesses e das relações sociais que constroem entre si.

Pelas ações do *Programa*, busca-se estimular a organização de práticas cooperativas no processo da educação escolar com o objetivo de contribuir para as mudanças e as transformações desejadas. Busca-se desenvolver ações e práticas pedagógicas, através de atividades cooperativas, com objetivos sociopolíticos, com o objetivo de promover a cultura da cooperação, de relações sociais cooperativas. Busca-se construir um espaço de práticas cooperativas de educação.

Afirma José Carlos Libâneo (1998, p. 22), que

o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade.

Não é, portanto, a educação, a pedagogia, um fenômeno neutro, isento de interesses e intenções. Neste sentido, "politizam-se" as práticas educativas e cooperativas no sentido da construção de novos espaços e oportunidades sociais, de novos conhecimentos e saberes, e não no sentido da introdução aos espaços sociais, às oportunidades, conhecimentos e saberes já existentes e dominantes.

Segundo Roberto Machado (1999: XXI), *todo o conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber.*

Através de práticas educativas e cooperativas, procura-se estimular a responsabilidade social dos seus atores, especialmente, alunos e professores das escolas. Trata-se, pois, da institucionalização de um processo de produção de conhecimento e de conscientização política, no sentido da construção de novos espaços de vida, a partir de práticas cooperativas, atividades e práticas escolares de educação. O sentido da educação pela cooperação, nas escolas, a sua dimensão pedagógica, é a formação de atores sociais, sujeitos construtores de uma sociedade democrática, isto é, livre, participativa e justa. Assim entendida, a prática educativa, sua dimensão pedagógica, tem também uma direção política e um conteúdo ideológico. Constitui-se também em construção de um espaço de poder. A organização de espaços de poder é fundamental ao desejo, aos interesses e às necessidades de mudanças ou transformações da realidade social.

Afirma Machado (1999: XXI)

que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.

A possibilidade de poder contribuir para o desenvolvimento, para as mudanças e transformações da realidade, através da educação cooperativa, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações envolvidas, coloca o desafio ao *PCE - Programa de Cooperativismo nas Escolas*, de construir espaços de poder pelo entrelaçamento, pela integração das práticas de educação e de cooperação, como processos sociais de afirmação e emancipação de seus sujeitos.

A prática da educação e a cooperação

Conforme já vimos, Libâneo (1998, p. 22) define a educação como *uma prática social que atua na configuração da existência humana individual e grupal*. Acontece no espaço das relações sociais. No caso de uma organização cooperativa, essas relações têm como base os interesses, as necessidades de seus integrantes e os objetivos da associação. A educação, na organização cooperativa, atua na configuração dessa associação, levando-se em conta os interesses, as necessidades e os seus objetivos. Estes se fazem "força pedagógica" no processo da educação.

Para Marques (1996, p. 14) a educação se dá, centrada na questão da produção do conhecimento, pela interlocução dos diferentes saberes *sempre em reconstrução através das aprendizagens no mundo das tradições culturais que se ampliam, nos espaços sociais dos distintos âmbitos lingüísticos e do convívio em grupos e nos processos da singularização dos sujeitos*.

Trata-se de um processo de interlocução de diferentes vozes que se aproximam, solidarizam-se, identificam-se para a construção de espaços comuns de atuação, sem, no entanto, renunciarem a si mesmas, preservando, assim, as condições e as posições do diálogo de seus saberes, de suas experiências de vida. Na argumentação em favor do entendimento comum, configuram-se, educam-se para a cooperação. Organizam as suas

relações, associam-se. A educação para a cooperação, no entanto, não é uma concepção teórica que se faça realidade: é uma prática social que se constrói na intencionalidade dos seus atores, na dimensão pedagógica do processo.

De acordo com Libâneo(1998, p. 71),

a educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade (...) as funções da educação somente podem ser explicadas partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses em jogo. Com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade.

Sobre o processo de educação, seu lugar social, seu uso social, seu significado, sua produção e natureza, existem muitas teorias, opiniões e explicações. Isso explica, certamente, também a origem de crises e conflitos na área da educação e que tem a ver, especialmente, com o seu uso social ou com o sentido de sua dimensão pedagógica.

A educação, como função construtora e reconstrutora dos espaços de vida, faz-se presente pela via das organizações sociais, entendidas estas como lugares de cultura, de política, de economia, associando-se *a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores* (Libâneo, 1998, p. 24).

Sob essa ótica, a prática cooperativa como expressão das ações entre pessoas que se associam em razão de seus interesses ou necessidades é, certamente, também um lugar privilegiado de processos de comunicação, de interação, isto é, de educação. E, como tal, as organizações cooperativas também se constituem em "espaços pedagógicos" de educação e, conseqüentemente, também de poder.

Ao estudar o pensamento de Habermas, no sentido de compreender a pedagogia da ação comunicativa, José Pedro Boufleuer (1997, p. 20) afirma que a *noção de pedagogia implica uma relação entre sujeitos, isto é, uma interação*. Diz ser *uma interação marcadamente dialética*, em que, citando Kant, *homens educam outros homens em homens*. Assim entendida, a toda a prática educativa corresponde uma pedagogia, sendo esta, no entanto, uma ação, um processo que se desenvolve, de acordo com o lugar social da educação ou com o uso social que se dá à educação. Não é uma ação neutra e está presente em todas as relações humanas que compõem o laço social, relações que não se dão em espaços abstratos.

Segundo José Carlos Libâneo (1998, p. 20), *o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal*. Está presente, portanto, também na prática do cooperativismo, como processo de educação informal.

Segundo Carlos Brandão, apud Libâneo (1998, p. 18),

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante.

Vários e distintos são os lugares e os processos da educação; diferentes são os lugares e os processos de produção de conhecimento, de aprendizagem, de desenvolvimento de habilidades. Muitas são as pedagogias. O homem educa e é educado, aprende e ensina em um processo de convivência com os seus semelhantes, seja por uma relação cooperativa, ou

competitiva. Pelo conhecimento, pela educação, pela aprendizagem constrói os sentidos de sua existência. O conhecimento é produto da capacidade de pensar e viver o mundo, de atribuir significados à realidade, é criação humana, gerado no esforço por entender e fazer a vida. No processo da convivência social e, especialmente, no processo de produção de sua sobrevivência e afirmação, seja na relação com a natureza ou com os demais seres humanos, o homem constrói conhecimento, processa educação, aprende e desenvolve capacidades.

Ensina Mario Osorio Marques (1995, p. 10) que as aprendizagens se estruturam nas vivências cotidianas dos específicos e diversificados lugares e tempos sociais, âmbitos lingüísticos específicos em que vivem e atuam os seres humanos. A sociedade humana está em constante construção e reconstrução, movida pela produção do conhecimento, de diferentes saberes e ciências, pelo seu uso, condicionado por necessidades, desejos e interesses em interação. Deste processo também nascem, nos diferentes tempos e lugares, organizações sociais, espaços de cultura e política, abrindo processos e práticas de educação e de aprendizagem.

A educação acontece nos espaços da vida humana, em todas as suas dimensões, com todos os seus sentidos. Confunde-se, portanto, com a própria experiência humana de querer conhecer a si mesmo e ao mundo que habita. A preocupação do homem com o seu mundo, com as diferentes dimensões de sua vida está presente, desde os tempos mais antigos. Mas, apenas, ao pensar a sua existência e a sua organização, desvinculada das mitologias, do mundo das divindades, permitiu, efetivamente, a produção do conhecimento. A partir desse esforço por conhecer a realidade, surgiram as ciências, destinadas à descoberta das relações entre as coisas e os homens, das leis que regem o mundo natural. Foi desse esforço por conhecer o mundo, o homem, sua organização, suas relações com os outros, que nasceram as ciências, os diferentes saberes que fundamentam a aprendizagem humana.

Para Marques a aprendizagem - característica distintiva do ser humano - é entendida não como uma simples adaptação ao que já existe, mas como uma capacidade de recriar, reconstruir ou mudar o existente. Assim, o aprendizado distingue os homens das demais espécies de animais. Aprender com os outros, construir conhecimento e transmiti-lo é uma característica do ser humano. As gerações mais velhas orientam, ensinam às gerações mais novas as suas experiências de vida, inclusive métodos e técnicas, caminhos pelos quais estas podem construir novos conhecimentos a respeito da realidade que os cerca, seja ela social ou natural.

José Pedro Bouffleuer (1997, p. 21) ensina que

tornamo-nos propriamente humanos graças à pedagógica relação que estabelecemos com a geração mais velha e com nossos coetâneos. Desde a mais tenra idade outras pessoas, nossos pais e educadores, irmãos e companheiros, interagem conosco estabelecendo entendimentos sobre aspectos do mundo, a fim de que possamos nos desenvolver como indivíduos socializados.

Neste sentido, a pedagogia é uma relação social, através da qual fluem forças, interesses, visões de mundo, ideologias, no sentido da socialização. Pode ser definida como uma prática política, uma prática de construção de poder.

A soma de práticas sociais pelas quais novos indivíduos são transformados em membros de sociedades ou comunidades anteriormente existentes constitui o processo de socialização. Na dinâmica do processo de socialização, os indivíduos ensinam e aprendem. *A socialização é um processo de aprendizagem que se apóia, em parte, no ensino explícito e, também em parte, na aprendizagem latente* pela exposição e interação social (Jahoda, 1996, p. 711). Esse processo pode ser coercitivo, competitivo ou cooperativo. Ele se realiza no espaço das relações humanas. Assim sendo, as organizações cooperativas, as escolas, são lugares de socialização, e de suas práticas depende a natureza desse processo de socialização.

Diz Marques (1995, p. 16) que,

ao se entrelaçarem os processos da socialização, da individualização e da singularização do sujeito, os homens aprendem uns dos outros, constituem-se em sujeitos sociais concretos da aprendizagem e adquirem, como pessoas, as competências que os tornam capazes de linguagem e ação para tomarem parte nos processos de entendimento compartilhado e neles afirmarem sua própria identidade.

Esta característica essencialmente humana de produzir conhecimento, aprendido, de transmitir às gerações futuras, só se tornou possível porque o homem tem a capacidade de criar sistemas de símbolos: a linguagem, através dos quais dá significado às suas experiências vividas e as transmite a seus semelhantes. A transmissão se dá em todos os lugares e processos concretos da vida, onde o ser humano realiza sua natureza social. A escola se constituiu, ao longo do tempo, como um lugar privilegiado para as ciências, para uma educação e uma aprendizagem mais intencional e sistematizada, para a transmissão, para a comunicação. No entanto, os homens são educados e aprendem também fora da escola, nos outros lugares sociais da vida: na família, nos grupos de amigos, na organização do trabalho, nos espaços políticos, nos espaços da organização cooperativa. Assim, o conhecimento, a educação, a aprendizagem, a socialização, se processam também nos espaços da organização cooperativa, na prática da cooperação.

Segundo Marques (1995, p. 15 e 16),

de frente aos saberes articulados nas tradições culturais e de face às experiências do mundo da vida, a aprendizagem não é conformação ao que existe nem pura construção a partir do nada; é reconstrução autotranscendente, em que se ampliam e se ressignificam os horizontes de sentido desde o significado que o sujeito a si mesmo atribui (...) na aprendizagem, graças à produtividade de indi-

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264

víduos e grupos inter-vinculados no sucederem-se as gerações, reassumem eles e reconstroem o mundo da vida. Nela se reinterpreta a experiência cultural dos grupos e se insere em novas totalidades de sentido; ressignificasse-se cada um de seus elementos.

A existência humana, tanto em sua forma individual como grupal, está submetida a um processo de profundas e constantes transformações em todos os seus sentidos.

De acordo com Libâneo (1998, p. 20),

essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudança no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, (...) São requeridas novas habilidades, mais capacidade de abstração, de atenção, um comportamento profissional mais flexível. Para tanto, repõe-se a necessidade de formação geral, implicando reavaliação dos processos de aprendizagem, familiarização com os meios de comunicação e com a informática, desenvolvimento de competências comunicativas, de capacidades criativas para análise de situações novas e modificáveis, capacidade de pensar e agir com horizontes mais amplos.

O mundo do trabalho, o mundo da vida, as organizações sociais, enfim, cada espaço da vida dos homens está sendo profundamente atingido pelas transformações e mudanças em curso. Os efeitos disso tudo ainda não podem ser bem avaliados. Todos sentimos, em todos os espaços de nossas vidas, que estamos sendo desafiados, exigidos e atingidos, constantemente, por profundas transformações. Elas exercem pressões sobre nossas vidas, produzem novas necessidades, abrem espaços de sentidos múltiplos para novas formas de organização social.

No meu entender, este é um novo espaço para o associativismo, base para a organização de muitos e diferentes espaços de nossas vidas. A re-

construção dos laços sociais para a *cooperação ética de suas populações*, conforme expressão de Lévy, talvez seja, hoje, uma das tarefas mais fundamentais da educação e da pedagogia emancipadora do ser humano, dentro e fora da escola.

De acordo com Pierre Lévy (1999, p. 42),

a evolução da técnica, o progresso da ciência, as turbulências geopolíticas e os elementos aleatórios dos mercados dissolvem os ofícios, pulverizam as comunidades, obrigam as regiões a se transformar, as pessoas a se deslocar, mudar de lugar, de país, de costumes e de língua. A desterritorialização muitas vezes fabrica e exclui ou rompe os laços sociais. Quase sempre confunde as identidades, pelo menos aquelas que fundavam sobre pertencas ou "raízes". Resultam um terrível desajuste, uma imensa necessidade de coletivo, de laço, de reconhecimento e de identidade.

Movimentos sociais, associações, cooperativas ou outras práticas sociais, podem constituir-se em lugares sociais privilegiados para a reconstrução do coletivo, dos laços sociais rompidos, de reconhecimento e identificação social e cultural dos indivíduos.

Diante do quadro de profundas transformações, especialmente, econômicas e políticas pelas quais passa a sociedade contemporânea, ressurgem a questão do cooperativismo, sendo-lhe atribuídas diferentes funções, especialmente no campo do trabalho, da economia. Em muitas circunstâncias, as cooperativas ou outras formas associativas de solidariedade aparecem mais como meios de garantir a "inscrição na estrutura social", procurando evitar a exclusão social, que põe em risco a própria identidade de grupo, de vizinhança ou até de cultura.

A organização ou desorganização do trabalho, a estruturação ou desestruturação das formas de sociabilidade convidam a repensar, hoje, a questão social nos termos de um novo crescimento da vulnerabilidade de massa cujo risco se acreditava afastado (Rizek, C. S., 1998, p. 16).

A própria diminuição dos espaços públicos estatais, a crise do Estado do Bem-Estar Social, ao lado da exclusão de milhares de pessoas do sistema produtivo privado, no contexto das políticas neoliberais, ampliam os espaços para as organizações cooperativas enquanto instrumento de organização da sociedade civil ou como formas de enfrentamento do desemprego.

O fim destas cristalizações históricas experimentadas de fato, ou reivindicadas como horizonte, é o que caracteriza o momento contemporâneo, situação de transitoriedade que clama por diagnósticos precisos, na medida em que os indícios de transformação já estão desenhados. O processo de degradação dos eixos que se constituíam nos pilares da sociedade salarial vem pondo em xeque modos de socialização e formas de integração com base no trabalho, vem revertendo identidades, filiações, formas de coesão e de solidariedade (Rizek, C. S., 1998, p. 15).

Porém o reconhecimento, a adesão às formas de organização solidária, associativa ou cooperativa, não pode dar-se de outra maneira senão através de um processo de educação plurifacetado, centrada no conhecimento, na conscientização, produto da interlocução dos indivíduos, do seu diálogo e da sua argumentação crítica a respeito das experiências de vida já realizadas.

Libâneo (1998, p. 18 e 23) afirma *que as transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades*. Segundo ele, esses lugares podem ser os movimentos sociais ou outros grupos organizados, constituindo-se *diferentes manifestações e modalidades de prática educativa*: educação informal, não-formal e formal. Atividades de educação não-formal, escreve, são aquelas que se desenvolvem com intencionalidade nos movimentos sociais organizados, nos trabalhos comunitários, etc. A educação informal acontece pela interação, pela interlocução dos sujeitos, pelas relações que resultam dos processos e práticas diversas nos espaços da vida, seja de dimensão cultural, econômica ou política.

A prática da cooperação e a educação

O cooperativismo é uma prática social histórica, em cujo centro estão questões do mundo da vida ou ligadas à sua base material. É uma prática social que institui um lugar de aprendizagem, um lugar de educação. A sua instituição se dá como uma condição inerente à sua organização, ao seu funcionamento, ao seu progresso. Na interação dos associados, dos cooperantes, em sua ação comunicativa, em seu diálogo como partícipes de um projeto comum, produzem eles as condições para um processo de socialização de conhecimentos, de experiências. Educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação. A educação é um processo cooperativo, desde que seja um processo voltado à emancipação humana, um processo interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se essas diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes. Nas organizações cooperativas, produz-se educação, mas ela se faz cooperativa nas práticas da interação dos cooperados, seja pela ação discursiva da argumentação sobre o fazer, seja pelo fazer. Ela se faz cooperativa na prática, nas relações dos cooperantes. A educação, no espaço da organização cooperativa, a sua prática pedagógica, contém e revela a noção, a compreensão que se tem do que vem a ser uma cooperativa.

Na definição do que vem a ser uma cooperativa, na economia de mercado, especialmente no caso de cooperativas de agricultores, entram dois aspectos básicos que compõem o ponto de partida para a sua conceituação e sua diferenciação de outras iniciativas, como as empresas privadas ou estatais.

Uma organização cooperativa é, antes de mais nada, uma associação de pessoas (não de capitais) que se propõe atuar na perspectiva da economia dos componentes dessa associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica enquanto economias individuais. Porém, ao fazê-

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264

lo, essa associação cria, organiza e estrutura um instrumento adequado que vem a ser a empresa cooperativa: - uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado. Portanto, a empresa cooperativa se constitui em uma extensão da economia dos associados, os quais encontram nesse instrumento cooperativo, uma opção mais vantajosa do que a ação individual para se lançar ao mercado. Decorre daí que a ação empresarial cooperativa deve ser determinada e moldada, antes de mais nada, pelas atividades e objetivos das economias de seus associados.

Essa característica diferenciada - como associação e como empresa - remete a duas questões fundamentais para o sucesso do empreendimento cooperativo.

Primeiro, da natureza associativa decorre a necessidade da participação política de seus associados na condução do empreendimento e, segundo, da natureza empresarial decorre a necessidade da participação econômica dos associados na cooperativa. A cooperativa só consegue ser eficiente, a longo prazo, mediante o cumprimento desses dois aspectos.

A viabilização da participação política e da participação econômica é uma questão central na administração do empreendimento cooperativo, condicionada pela racionalidade da natureza do próprio ato associativo, isto é, ninguém contribui com recursos na organização cooperativa pelo simples prazer de contribuir. Existem objetivos e interesses que levam a isso (Frantz, 1985, p. 57 e 58).

Portanto, este é o espaço das práticas educativas, em se tratando do cooperativismo de agricultores. A educação cooperativa, ou melhor, a educação para a cooperação se define no espaço das práticas concretas. É, de certa forma, a expressão da compreensão dessas práticas ou mesmo de

seu uso social. Contém intenções e interesses, que fazem a sua “base pedagógica”. O fenômeno social das práticas de educação se dá em um contexto de interesses e necessidades. Está vinculado ao esforço, às intenções ou ao jogo de interesses por construir um espaço de poder, através das organizações cooperativas. Tem intencionalidade política, portanto, e não apenas funcionalidade organizativa.

A organização e a implantação do espaço de poder, fundamentado na participação política do associado, só são viáveis através de um processo pedagógico, orientado crítica e construtivamente na perspectiva da consecução dos objetivos e finalidades da cooperação. Não se processam, simplesmente, pela clareza teórica dos conceitos, mas pela dinâmica da prática social desses conceitos (Frantz, 1986, p. 59).

Organizações cooperativas são fenômenos relativamente complexos. Nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela organização e instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados, normalmente, de ordem econômica. Contém elementos sociais, culturais e políticos. A cooperação é, em seu princípio constituinte, um acordo racional de sujeitos sobre algo, isto é, a economia, e os seus interesses e necessidades frente à produção e distribuição de bens e riquezas. Porém o cooperativismo, por isso mesmo, como prática social educativa, cultural e política, tem a característica de incorporar esses elementos ao seu sentido econômico.

A economia envolve aspectos de ordem técnica e política. É algo construído, inacabado, dinâmico, submetido a interesses. É um espaço entrecruzado de poder técnico e de poder político, no qual atuam os seus agentes e que é produzido a partir do conhecimento dessa dupla dimensão e relação. Assim, no espaço da organização cooperativa, se fazem presentes também questões sociais, políticas e culturais, que perpassam a sua natureza associativa e seu caráter instrumental (Frantz, 1999, p. 59).

A prática da economia, por suas características sociais, culturais e políticas, contém processos de aprendizagem, processos de educação. Afirma Pierre Lévy (1999, p. 174) que *é preciso admitir também o caráter educativo ou formador de numerosas atividades econômicas e sociais*. Também Libâneo (1998, p. 71) afirma que *a educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade*.

Organizações cooperativas abrigam diferentes práticas e ações de educação. Nessas práticas ou ações educativas podemos encontrar interações do tipo comunicativo ou do tipo estratégico, constituindo campos de educação e "espaços de pedagogia", organizados no contexto da correlação de forças e interesses que agem sobre a produção, a sua posse e distribuição.

A educação como ação social ou como prática social aparece, muitas vezes, de forma difusa, associada a processos de comunicação, de interação entre os associados, dirigentes, funcionários ou outros interlocutores, presentes no espaço da cooperação. Aparece como uma ação entre sujeitos ou como uma "prática sobre outros", procurando influenciá-los em suas idéias e seus valores, em seus modos de pensar, de interpretar a vida social, especialmente a da realidade cooperativa, sugerindo ou levando-os a comportamentos e visões de mundo favoráveis à natureza da prática cooperativa.

Para além das diferentes funções que as práticas de educação possam assumir na organização e funcionamento de uma cooperativa, coloca-se a ela o desafio da produção do conhecimento, ou, de acordo com a expressão de Pierre Lévy, da *inteligência coletiva*. Afirma Lévy (1999, p. 29) que *a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas*. Embora o diga e use o conceito para se referir ao fenômeno do ciberespaço, como *novo meio de comuni-*

cação que surge da interconexão mundial dos computadores (2000, p. 17) e a define como *um dos principais motores da cibercultura* (2000, p. 28), a expressão parece apropriada também para se falar em educação nas organizações cooperativas, tendo esta na produção de conhecimento o seu fundamento, a sua centralidade.

Entende o autor ser o papel da inteligência coletiva

o estabelecimento de uma sinergia entre competências, recursos e projeto, a constituição e manutenção dinâmicas de memórias em comum, a ativação de modos de co-operação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada dos centros de decisão. (...) Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem - o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes -, melhor é a apropriação, por indivíduos e por grupos, das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecno-social (Lévy, 2000, p. 29).

De acordo com o sociólogo Manuel Castells (1996, p. 27), *vários acontecimentos de transcendência histórica tem transformado a paisagem social da vida humana. Uma revolução tecnológica, centrada em torno às tecnologias da informação, está modificando a base material da sociedade a um ritmo acelerado.* Na opinião de Castells, um novo mundo está tomando forma, fazendo surgir uma nova estrutura social dominante, uma nova economia e uma nova cultura, sendo as mudanças sociais tão profundas como os processos de transformação econômica e tecnológica.

Afirma Lévy (2000, p. 30) que

devido a seu aspecto participativo, socializante, descompartmentalizante, emancipador, a inteligência coletiva proposta pela cibercultura constitui um dos melhores remédios para o ritmo desestabilizante, por vezes excludente, da mutação técnica.

Entendida a organização cooperativa como expressão dos interesses e necessidades de seus associados, como extensão de suas economias, - caracterizada pela associação e pela instrumentação empresarial - desta dupla natureza decorre a necessidade da participação, seja ela política ou econômica, embasada na "inteligência coletiva". A questão central de um plano de trabalho na área da educação cooperativa é a viabilização de um processo dinâmico de construção da inteligência coletiva, fundada no conhecimento, na reciclagem das aprendizagens e saberes particulares pela crítica interlocução de seus associados, embasada em princípios democráticos e práticas participativas.

O PCE - *Programa de Cooperativismo nas Escolas* como programa de educação cooperativa dirigido a escolares, inserido nas suas mais diferentes práticas de aula, no meu entender, coloca-se na perspectiva da construção de uma "inteligência coletiva", atendendo a desafios locais e regionais: trabalha a educação no sentido do reconhecimento e do enriquecimento mútuo das pessoas. Colocar-se na perspectiva do humano é um aspecto importante da filosofia do *Programa de Cooperativismo nas Escolas* e de sua dimensão pedagógica. Esse aspecto fundamenta a sua atualidade e legitima a sua validade.

Referências bibliográficas

BOETTCHER, Erik. *Kooperation und demokratie in der wirtschaft*. Tuebingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.

BOUFLEUER, José Pedro. *Pedagogia da ação: uma leitura de Habermas*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

CASTELLS, Manuel La. *Era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Vol.I. La Sociedad Red. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

FRANTZ, Walter. *O Cooperativismo e a prática cooperativa*. In: *Perspectiva econômica*. Ano XIX, Nº 51, Série Cooperativismo, nº 16, São Leopoldo: Unisinos, 1985, p.53-70.

FRANTZ, Walter. *Organização e poder em cooperativas*. In: *Contexto e educação*. Ano 1, nº3, julho/setembro, Ijuí: Unijui, 1986, p.56-66.

FRANTZ, Walter. *A organização cooperativa: Campo de educação e espaço de poder*. In: IV Jornada de pesquisa. Livro de resumos, Novembro. Ijuí: Editora Unijui, 1999, p.59-60.

JAHODA, Marie. *Socialização*. In: OUTWAITE, W., BOTTOMORE, T. e outros. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 711.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Roberto. *Introdução. Por uma genealogia do saber*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

MARQUES, Mario Osorio. *A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência*. Ijuí: Editora Unijui, 1995.

MARQUES, Mario Osorio. *Educação/interlocução, Aprendizagem/reconstrução de saberes*. Ijuí: Editora Unijui, 1996.

RIZEK, Cibele Saliba. *Introdução*. In: CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Um crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

Resumo

A educação e a cooperação são duas práticas sociais que, sob certos aspectos, uma contém a outra. Na educação pode-se identificar práticas cooperativas e na cooperação pode-se identificar práticas educativas. Entrelaçam-se e potencializam-se como processos sociais. A organização da cooperação exige de seus atores uma comunicação de interesses, de objetivos, a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada associado acontece a educação. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos: na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, aprendizagem, educação; na prática educativa, como um processo complexo de relações humanas, produz-se cooperação. Assim, as práticas cooperativas na escola podem constituir-se em privilegiados "espaços pedagógicos", através dos quais os seus sujeitos tomam consciência das diferentes dimensões da vida social.

Palavras-chave: Cooperativismo, educação, organização cooperativa, cooperativismo escolar, educação cooperativa.